

Ata da V Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2023

ATA CTJ N°	07/2023
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM
Data	28/09/23
Horário	10:00 às 13:00

Participantes:

Nome	Instituição	Função
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves	TJCE	Desembargadora
Dra. Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz	TJCE	Juíza da 13ª Vara Criminal
Dra. Alice Iracema	MPCE	Promotora de Justiça
Dr. Victor Montenegro	DPCE	Defensoria Pública
Dr. Danilo Rafanelle	PCCE	Delegado
Dr. Julius Cesar Nogueira Torres	PEFOCE	Perícia Criminal
Paulo Ítalo Sales Carlos Alves	Vice Gov	Ass. Especial da Vice-Governadoria
Karlos Raphael Bezerra	ViceGov	Vice Governadoria
José Ivo de F. Lima	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Carla Ponte	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Aline Fernandes	ViceGov	Assistente Administrativo do Tempo de Justiça
Israel Grangeiro Landim	TJCE	Assistente da 13ª Vara Criminal
Gustavo Pereira	TJCE	SETIN TJCE
Socorro Gomes	TJCE	5ª Vara do Júri
Helana	TJCE	Assistente do Gabinete da Des. Ângela
Francisco Marcos Pereira de Oliveira	TJCE	SETIN



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e dos convidados acima listados.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ressaltou a importância da colaboração de todos os parceiros para o bom desempenho do Programa, haja vista a necessidade de acompanhamento diuturno dos prazos processuais.

Em seguida, apresentou a ata da reunião anterior, já encaminhada via Whatsapp, para a aprovação dos presentes, o que foi feito. Em face da aprovação da ata, a Des. Ângela passou a elencar os compromissos firmados na reunião anterior para que os responsáveis se manifestassem.

Karlos Raphael informou que o desenvolvimento do painel está em 50% e que será entregue dentro do prazo.

Em seguida, a Des. Ângela informou ao Gustavo a existência de inconsistências entre os dados exibidos pelo painel, em comparação com o SAJ e o SEI.

Em seguida, Gustavo Pereira explicou que o SEI usa os parâmetros de estatísticas com base nas orientações do CNJ, enquanto o painel extrai de forma linear os dados diretamente do SAJ, não tendo contato com o SEI e nem vinculado às normas do CNJ. Ainda acrescentou que qualquer erro no cadastro pode causar diferenças entre o “DE” do SAJ e o “PARA” do painel, motivo pelo qual as inconsistências têm que ser tratadas caso a caso.

Ato seguido, a Desembargadora Ângela comunicou a todos que a tarja do Tempo de Justiça já estava disponível e que iria confeccionar um ofício circular solicitando sua aplicação em todos os processos de homicídio com autoria esclarecida datados a partir de julho de 2023.

Dando continuidade aos trabalhos, a Des. Ângela noticiou a todos os presentes que foi criado um grupo composto por 5 juízes para apoiar as Varas do Júri, no que se refere aos processos do Tempo de Justiça, o qual iniciará os trabalhos a partir do mês de outubro. Neste ínterim, pediu à Dra. Alice Iracema e ao Dr. Victor Montenegro que comunicassem o fato ao Procurador-Geral e à Defensora Pública Geral a fim de que o Ministério Público e a Defensoria Pública adotassem providências para atuarem conjuntamente ao grupo de Juízes.



Logo após, a Dra. Alice Iracema informou que é fato que a atuação perante as Varas do Juri é muito desgastante, mas o Ministério Público irá se empenhar para atender as necessidades das Unidades Judiciárias, tendo em vista o aumento da demanda.

A Des. Ângela concordou com a fala da Dra. Alice Iracema e complementou, informando que, para o Judiciário também não foi fácil criar esse grupo de Juízes para atuar nas Varas do Júri, e que é necessário esforço extra para que o programa seja bem-sucedido. Acrescentou que foi expedido o ofício ao PGJ solicitando um promotor extra para atuar perante a 4ª Vara do Júri, e a nomeação foi feita esta semana. E ainda, a Des. Ângela confirmou que as unidades do Júri estão recebendo as planilhas semanais dos processos inclusos no Tempo de Justiça.

Ato seguido, a Des. Ângela cobrou resposta do Ministério Público e da Defensoria Pública, com indicação do nome dos usuários que terão acesso ao novo painel do Tempo de Justiça.

Seguidamente, a Dra. Alice Iracema questionou como será o acesso público às informações do novo Programa Tempo de Justiça. Karlos Raphael informou que o novo painel terá uma página de informações públicas, através da qual será possível a publicidade das informações, que serão definidas futuramente. Nesse momento, Paulo Ítalo asseverou que pode ser feita parceria com algum órgão do Estado que tenha expediência em estatísticas por período.

Logo após, a servidora Socorro, da 5ª Vara do Júri solicitou que seja feito um treinamento com os servidores das Varas do Júri para que esses aprendam a conhecer bem o painel, a fim de melhorar a produtividade das Varas.

Em seguida, a Dra. Jacinta informou que, nessa semana, foi realizado um trabalho com os servidores Aline e Israel, e foram identificadas algumas incongruências que precisam ser saneadas e providenciadas as devidas atualizações pelas Varas. Acrescentou que está sendo utilizada uma planilha compartilhada de todos os processos de feminicídio, com todas as fases processuais, que é entregue aos unidades para que seja possível dar um feedback ao grupo de trabalho do Tempo de Justiça.

Empós, Gustavo Pereira disse que é possível criar grupos no Microsoft Teams específicos com os servidores da SEPLAG para poder tratar essas inconsistências encontradas, em parceria com um grupo que poderia ser composto por Diretores de Secretaria, Assistentes, servidores da SETIN e da SEPLAG. Gustavo informou que poderia criar o grupo, desde que seja repassado o nome das pessoas a serem adicionadas.

Empós, a servidora Carla informou que trabalhou nos processos de feminicídio do estado apenas na lista apresentada pela Polícia Civil.

Em seguida, o Dr. Ricardo Rafanelle informou que a orientação aos Delegados para protocolar as cautelares indicando a existência de um inquérito policial anterior, ou vice-versa, foi feita. Nesse momento, foi sugerido que Gustavo Pereira analisasse a viabilidade de se inserir sigilo no inquérito e cautelares e, quando fosse ofertada a denúncia, o inquérito perderia o sigilo, mas as cautelares permaneceriam.

Dando continuidade, a servidora Socorro Gomes informou que no procedimento do Júri, não está prevista a fase da ratificação do recebimento da denúncia e que referida fase consta no painel. A Dra. Jacinta informou que, nos trabalhos de análise dos processos das Varas do Júri, constatou-se que alguns juízes fazem a ratificação do recebimento da denúncia e ainda fazem a conclusão para designação de audiência em momento posterior. Nessa ocasião, a Dra. Jacinta sugeriu que fossem consultados os magistrados se esses poderiam de logo, ao ratificar o recebimento da denúncia, já designar a audiência, a fim de minimizar o tempo de tramitação do processo. Gustavo ficou de verificar esse procedimento.

Empós, o servidor Israel Landim informou que o ofício informando sobre o acesso ao Sistema Consulta Integrada da PEFOCE foi feito apenas para as Varas do Júri.

Incontinenti, os servidores Ivo e Carla fizeram a apresentação sobre os trabalhos efetuados pelo grupo do Programa Tempo de Justiça nos primeiros seis meses de 2023. Ivo iniciou informando que nenhum dado é diretamente inserido no painel, haja vista que esse é alimentado pela extração de dados dos outros sistemas que são alimentados pelos usuários. Em seguida, enumerou casos de inconsistências encontradas. Também exibiu dados estatísticos de cada agente (Delegados, Promotores, Defensores e Unidade Judiciárias) e fases processuais.

A servidora Socorro Gomes informou que, para ser uma alimentação bem feita do histórico de partes, do cadastro de partes, tarjas, acaba consumindo um considerável tempo que poderia estar sendo utilizado para a produtividade do magistrado. A Dra. Jacinta e Israel explicaram a importância de ser feita essa atividade para que o painel reflita a realidade das fases processuais e que é uma atividade inerente ao gabinete, cobrada, inclusive, pela Corregedoria, pois os dados inseridos, refletirão em todas as estatísticas, sendo de fundamental importância.

A Des. Ângela informou que a meta do atual ciclo do Programa Tempo de Justiça será também dar uma especial atenção aos feminicídios, a fim de que os mesmos possam ser julgados dentro do prazo de 400 dias, convergindo com o pedido do TJCE em priorizar as metas 4, 8 e 10 do CNJ.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

A Dra. Jacinta informou o trabalho feito com a servidora Aline, acerca dos processos de feminicídio constantes nas Varas do Júri. Narrou que conseguiram analisar os processos da 5ª e da 4ª Varas do Júri. Exibiu os dados do período de 2017 até 2023, por fase. Ressaltou que os dados são extraídos do SAJ, SEI e painel. As listas são somadas, atualizadas e, em seguida, apresentadas às Varas para que seja feita uma análise crítica, a fim de sanear os dados.

Nesse momento, a Desembargadora Ângela destacou que o Tempo de Justiça Mulher será o cartão de visitas do Tempo de Justiça e ainda servirá para impulsionar o cumprimento da Meta 8 do CNJ por parte do TJCE.

A Dra. Jacinta se comprometeu a, em parceria com a servidora Aline, planilhar os processos de feminicídios das 5 Varas do Júri, fase por fase, levando em consideração o Programa Tempo de Justiça.

A Desembargadora Ângela pediu a colaboração de todos os presentes e de suas respectivas instituições para tentar entregar todos os processos de feminicídios julgados ao final dos 400 dias, iniciados em julho de 2023.

Oportunamente, a Des. Ângela informou que, em razão da reforma dos salões do júri, foi firmado um acordo com a UNIFOR para a disponibilização de salões com toda infraestrutura necessária, para processos de réu soltos. Acrescentou que os júris de réus presos serão realizados nos auditórios disponíveis do Fórum Clóvis Beviláqua.

O Dr. Julius Cesar informou que a PEFOCE realizará um workshop no SEBRAE e presente exibir algo com o Programa Tempo de Justiça.

Empós, Paulo Ítalo informou que a Vice-governadoria se coloca a disposição para dar o suporte que for necessário. Destacou que os servidores foram cedidos para acompanhar os trabalhos. Ressaltou que é necessário divulgar melhor o Programa para todo o Estado do Ceará. Pontuou que, se possível, fosse feito um comunicado de cada instituição parceira (MP, DP e PC) que, chegando um caso de feminicídio, fosse informado que o caso poderá, eventualmente, ser monitorado pelo Programa Tempo de Justiça Mulher. Na ocasião, a Desembargadora Ângela pediu que fosse apresentada uma proposta concreta para que a informação não crie expectativas ou acabem por poluir a meta concreta do presente ciclo do Programa Tempo de Justiça.

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reforçou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, na sala da ACM, no Fórum Clóvis Beviláqua. Agradeceu a presenta e empenho de todos, destacou a importância do programa.

COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Karlos Raphael e Rafael apresentarão a versão do painel em 30 dias	Karlos Raphael e Rafael
02	Ofício-circular solicitando a aplicação da Tarja Tempo de Justiça 2023.	Des. Ângela
03	Ministério Público diligenciasse no sentido de nomear mais promotores para atuar nas Varas do Júri, tendo em vista a atuação do grupo de trabalho de 5 juízes que atuarão nas mencionadas unidades.	Dra. Alice Iracema
04	Defensoria Pública diligenciasse no sentido de nomear mais promotores para atuar nas Varas do Júri, tendo em vista a atuação do grupo de trabalho de 5 juízes que atuarão nas mencionadas unidades.	Dr. Victor Montenegro
05	Entrega de planilha com o andamento dos processos para facilitar o planejamento semanal das Varas do Júri.	Carla e Ivo
06	Resposta do ofício solicitando a lista de pessoas que poderão ter acesso ao novo portal do Tempo de Justiça, em relação ao Ministério Público e à Defensoria Pública.	Dra. Alice e Dr. Leandro
07	Criação de grupos no Microsoft Teams específicos com os servidores da SEPLAG para poder tratar essas inconsistências. O grupo poderia ser composto por Diretores de Secretaria, Assistentes, servidores da SETIN e da SEPLAG. Gustavo se comprometeu em criar o grupo, pedindo que seja repassado o nome das pessoas a serem adicionadas.	Gustavo
08	Apresentação dos dados sobre feminicídio das 5 Varas do Júri	Dra. Jacinta e Aline
09	Apresentação de uma proposta concreta para divulgação do Programa Tempo de Justiça	Paulo Ítalo
10	Acompanhamento diário do andamento através da atualização de histórico de partes dos processos com a tarja do tempo de justiça, bem como cautelares e feminicídio.	Carla e Ivo
11	Envio de ofício com a lista de inquéritos enviados à justiça para apurar homicídios com autoria identificada no mês anterior.	Dr. Danilo Rafanelle



Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 12h30min, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **26 de outubro de 2023, quinta-feira, as 10h00min, na Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.